

MUDANÇAS NA PRÁTICA CONTÁBIL FRENTE ÀS IFRS: UMA ANÁLISE SOB A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM (MT)

CAMBIOS EN LA PRÁCTICA CONTABLE FRENTE A LAS NIIF: UN ANÁLISIS BAJO LA PERCEPCIÓN DE LOS CONTABLES EN EL MUNICIPIO DE NOVA MUTUM (MT)

Josiane Canelute Santos¹
Maysa Oliveira de Melo Antonio²

RESUMO

Este estudo analisa a percepção dos contabilistas de Nova Mutum (MT) em relação às mudanças ocorridas na prática contábil frente ao processo de convergência com as normas internacionais. Constitui-se em pesquisa de campo com aplicação de questionário a 52 profissionais, distribuídos por 19 escritórios de contabilidade do referido município, realizada de 2 de setembro a 4 de outubro de 2019. Os resultados apontam que, para os contabilistas, as mudanças na prática contábil representam uma etapa no processo da evolução da contabilidade, sendo a falta de clareza sobre o processo de convergência o principal desafio. Em outra via, maior transparência e confiabilidade foram os principais benefícios da convergência apontados pelos profissionais.

Palavras-chave: Convergência contábil. Percepção dos contabilistas. IFRS. Lei 11.638/2007.

RESUMEN

Este estudio analiza la percepción de los contadores de Nova Mutum (MT) en relación con los cambios en la práctica contable frente al proceso de convergencia con los estándares internacionales. Consiste en una investigación de campo con la aplicación de un cuestionario a 52 profesionales, distribuido por 19 oficinas de contabilidad en el municipio antes mencionado, realizado del 2 de septiembre al 4 de octubre de 2019. Los resultados indican que, para los contadores, los cambios en la práctica La contabilidad representa un paso en el proceso de evolución contable, siendo la falta de claridad sobre el proceso de convergencia el principal desafío. De otra manera, una mayor transparencia y confiabilidad fueron los principales beneficios de la convergencia señalados por los profesionales.

Palabras clave: convergencia contable. Percepción de contadores. NIIF Ley 11.638 / 2007.

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Campus de Nova Mutum, e-mail: josianeconaturavg@hotmail.com.

² Mestre em Ciências Contábeis, Professora do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Campus de Nova Mutum, e-mail: maysa-oliveira23@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento da economia mundial nos últimos tempos, as empresas brasileiras têm buscado se capacitar para obter maior eficiência na sua atuação no mercado. Para tanto, disputam pela captação de recursos financeiros com empresas nacionais e internacionais que seguem a mesma linha de negócios (GUIMARÃES et al., 2011). Esse processo, se liderado de modo positivo, proporciona desenvolvimento sustentável às economias dos países, sendo, nesse cenário, apropriado salientar que o processo de convergência vem sendo apoiado pela internacionalização das normas de contabilidade e de auditoria (BUGARIM; OLIVEIRA, 2014).

No Brasil, o processo de convergência da contabilidade aos padrões internacionais iniciou-se por meio da Lei 11.638/2007, dispositivo que reconheceu o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) como órgão responsável pela emissão de pronunciamentos que norteiam as práticas contábeis no país (FERREIRA, 2013). Freire et al. (2012) relatam que o auge do processo de convergência aconteceu no ano de 2010, quando as empresas de capital aberto foram obrigadas a aderir integralmente às normas internacionais de contabilidade, conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Com a adoção da Lei 11.638/2007, as sociedades por ações e as firmas de grande porte foram afetadas direta e significativamente por alterações que tinham por intuito melhorar o conhecimento contábil. Entre essas modificações, o balanço patrimonial passou a ter uma nova estrutura: a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (Doar) deixou de ser obrigatória, sendo substituída por duas novas demonstrações – a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração de Fluxo de Caixa (SOUZA, 2012).

Levando-se em consideração que, em 2019, o Brasil completa 12 anos de adaptação às IFRS, questiona-se: qual a percepção dos contabilistas do município de Nova Mutum (MT) em relação às mudanças ocorridas na prática contábil frente ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade?

Para responder a essa questão, este estudo tem como objetivo geral analisar a percepção dos contabilistas do município de Nova Mutum (MT) em relação às mudanças ocorridas na prática contábil frente ao processo de convergência com as normas internacionais. Visando a atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) identificar os principais desafios dos contabilistas frente à adequação às IFRS; identificar os principais benefícios obtidos pelos contabilistas com o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade; analisar a percepção dos contabilistas em relação às mudanças ocorridas na prática contábil no processo de convergência.

Justifica-se este estudo pela importância que as informações geradas pela contabilidade possuem para o desenvolvimento da economia mundial (GUIMARÃES et al., 2011; FERREIRA, 2013; RAMOS et al., 2015). Além disso, a partir do processo de convergência, os contadores passam a ter mais responsabilidade, pois devem fornecer informações mais adequadas à realidade econômica das empresas (PEGORINI; PACHECO; CAMPAGNARO, 2015). Dessa forma, vê-se a necessidade de realização de estudos que indiquem as efetivas mudanças ocorridas na prática contábil brasileira frente às IFRS, de forma a ampliar a literatura nacional relacionada ao tema e contribuir para estudos posteriores a este.

Além desta seção introdutória, este trabalho compõe-se de outras quatro. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico; na terceira, está descrita a metodologia utilizada para a execução da pesquisa; na quarta seção, são expostos e discutidos os resultados obtidos

a partir da coleta e interpretação dos dados; na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais que o estudo permite delinear.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O processo de convergência da contabilidade brasileira com as IFRS

O Brasil vem se adaptando às IFRS, as quais são emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (Iasb). Esse processo de conformidade iniciou-se no país com a criação das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, com a finalidade de trazer aos usuários conhecimentos passíveis de confrontação em vários países, facilitando a comunicação e diminuindo as diferenças entre os países no que diz respeito às informações contábeis (CURSINO et al., 2012; FREIRE et al., 2012).

As demonstrações financeiras elaboradas conforme os padrões estabelecidos pelas IFRS têm o propósito de evidenciar, de forma transparente, informações relativas à posição financeira, ao exercício e ao fluxo de caixa das firmas (GIROTTO, 2012). Dessa forma, o CPC vem elaborando pronunciamentos técnicos, diretrizes e entendimentos sobre procedimentos contábeis, considerando que as normas internacionais e, por consequência, as brasileiras, estão sempre evoluindo (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011).

Com a criação da Lei 11.638/2007, várias modificações ocorreram na contabilidade brasileira, até então, regida pela Lei 6.404/1976, a fim de promover a harmonização com os parâmetros internacionais (RAMOS et al., 2015). No Quadro 1, são demonstradas as principais alterações advindas da Lei 11.638/2007.

Quadro 1 - Comparativo entre a Lei 6.404/1976 e a Lei 11.638/2007

ANTES - LEI 6.404/1976	DEPOIS - LEI 11.638/2007
Publicação das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.	Publicação das Demonstrações dos Fluxos de Caixas.
Não havia a exigência da publicação da Demonstração do Valor Adicionado para as companhias abertas.	Obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado para as companhias abertas.
Os aumentos de valores nos saldos de ativos eram registrados como Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido.	Os aumentos ou diminuições de valores nos saldos de ativos e passivos decorrentes de avaliações e preço de mercado devem ser registrados na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.
O ativo permanente era dividido em: investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.	Ativo permanente passa a ser dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, os saldos vertidos poderiam ser registrados pelos valores contábeis.	Os saldos serão vertidos a valor de mercados nos casos de fusão, cisão ou incorporação.
O Patrimônio Líquido dividia-se em capital social, reserva de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros ou prejuízos acumulados.	O Patrimônio Líquido é dividido em capital social, reserva de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
As companhias abertas eram obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis devidamente auditadas. As companhias fechadas eram obrigadas apenas a publicar suas demonstrações contábeis.	As companhias abertas e as sociedades de grande porte de capital fechado são obrigadas a apresentar demonstrações contábeis segundo os mesmos padrões da Lei das Sociedades Anônimas, sendo auditadas por auditores independentes.

ANTES - LEI 6.404/1976	DEPOIS - LEI 11.638/2007
A escrituração contábil será efetuada de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, podendo registrar nos livros comerciais ou em livros auxiliares os ajustes decorrentes da legislação tributária.	Deverá ocorrer segregação entre escrituração mercantil e tributária.
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) expedirá normas contábeis de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.	A CVM expedirá normas contábeis em consonância com as IFRS.
As sociedades controladas devem ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	As sociedades controladas, sociedades que fazem parte do mesmo grupo e que estejam sob influência e controle comuns devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Fonte: Moliga (2012).

2.2 Mudanças na prática contábil para os profissionais de contabilidade

O processo de convergência contábil representa a oportunidade de se implementar uma linguagem comum ao mundo dos negócios, além de aproximar as contabilidades gerencial e financeira (GILIO; COSTA, 2016). Adicionalmente, abre espaço para profissionais da área atuarem no mercado internacional (ROSA; FARIA, 2012).

Frente às mudanças decorrentes desse processo, Guimarães et al. (2011) afirmam que o profissional contábil também está sendo impulsionado a passar por adaptações, uma vez que as obrigações estão cada vez mais rigorosas para esse grupo. Assim, eles precisam buscar por constante atualização e informações sobre o que as IFRS estabelecem, em função de sua relevância para o mundo dos negócios realizados nos países que adotaram o padrão internacional (SANTOS; PEREIRA, 2014).

A transformação no perfil do profissional contábil ao longo dos anos também é destacada por Merlo (2006), sendo apresentada no Quadro 2, com base nas observações feitas por esse mesmo autor.

Quadro 2 - Mudanças no perfil do profissional contábil

PASSADO	PRESENTE	FUTURO
Baixa competitividade	Competitivo	Alta competitividade
Comércio tradicional	Relações comerciais complexas	Globalização/desregulamentação
Ênfase na escrituração	Ênfase no registro	Ênfase nos negócios
Ensino comercial	Ensino técnico	Ensino de gestão
Busca pela padronização	Padronização legal	Adaptação aos negócios
Pouco envolvimento nos negócios	Acompanhamento da gestão	Proposição de soluções
Baixa complexidade das operações	Operações complexas	Operações virtuais
Não utilização da tecnologia de informação (TI)	Uso intensivo da TI	<i>Business Intelligence</i>
Luta pelo reconhecimento	Profissão reconhecida	Profissão fundamental

Fonte: Merlo (2006).

2.3 Órgãos reguladores internacionais

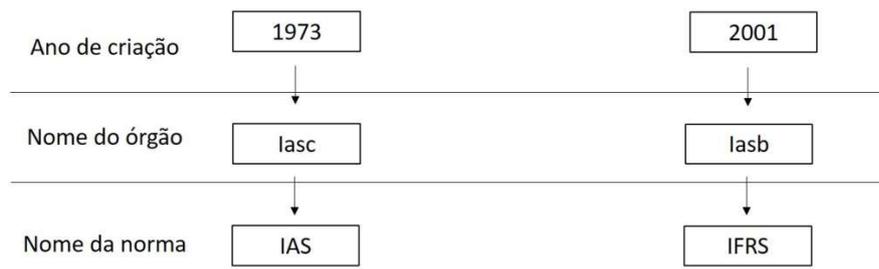
Os principais órgãos internacionais responsáveis pela convergência das normas contábeis são o *International Accounting Standard Board* e o *Financial Accounting Standards Board* (Fasb) (FREIRE et al., 2012).

O Iasb é um órgão independente, que atua na elaboração e emissão de normas contábeis. Seu objetivo é, com base em conceitos claros, criar um conjunto exclusivo de normas de contabilidade de boa qualidade, distintas, realizáveis e aceitáveis globalmente (CFC, 2019). Constituído em 1º de abril de 2001, o Iasb nasceu com o papel de desenvolver ajustes nas normas contábeis internacionais denominadas *International Accounting Standard* (IAS), criadas pelo seu precedente, o *International Accounting Standards Committee* (Iasc), que foi constituído em 1973, conforme descrevem Cruvinel e Lima (2011).

Com a mudança de nomenclatura, em 2001, as IAS passaram a se denominar IFRS, as quais estão sendo utilizadas em diversos países, dentro de um movimento de internacionalização da contabilidade (LOUREIRO, 2005). Ressalta-se que, caso exista contradição entre ambos, os princípios das IFRS prevalecem sobre os do IAS, sendo estes descartados, portanto (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

A Figura 1 permite compreender mais claramente sobre o período em que esses órgãos atuaram e as nomenclaturas das normativas editadas em cada um deles.

Figura 1 - Período de atuação do Iasc e Iasb e respectivas normas editadas



Fonte: elaboração da primeira autora (2019) a partir de Loureiro (2005) e Cruvinel e Lima (2011).

O Fasb, por sua vez, é um órgão independente, cuja finalidade é determinar normas contábeis e financeiras (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2019). A publicação das normas emitidas por tal órgão é reconhecida, aprovada e aceita oficialmente pelo *Securities and Exchange Commission*, agência do mercado de capitais dos Estados Unidos (LOUREIRO, 2005).

2.4 Órgãos reguladores nacionais

Conforme Reis, Nogueira e Bim (2014) e Bonnin (2004), no Brasil, os padrões contábeis são regulamentados pelos órgãos listados a seguir.

- Conselho Federal de Contabilidade (CFC):** criado pelo Decreto 9.295/1946, sua principal finalidade é orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil (CFC, acesso em 29 abr. 2019). O CFC emite as Normas Brasileiras de Contabilidade, as quais são elaboradas a partir das IFRS, sendo aprovadas ou alteradas por meio de resoluções (GERON, 2008).
- Comissão de Valores Mobiliários:** tem como o objetivo fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. Trata-se de

entidade vinculada ao Ministério da Fazenda, favorecida de autoridade e administração independentes (CVM, 2018). Com a finalidade de melhorar a comunicação com os usuários das informações contábeis, a CVM sugere a divulgação de vários assuntos importantes, como a adoção das novas práticas contábeis, ações em tesouraria, ágio, deságio, aposentadoria e pensões, arrendamento mercantil (*leasing*), ativo contingente, ativo diferido, entre outros contidos no Manual das Sociedades por Ações (GERON, 2008).

- c) **Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon):** fundado para colaborar no processo de reconstrução da economia brasileira, quando a auditoria independente passou a ser exigida para as empresas de capital aberto e o primeiro conjunto de normas sobre demonstrações contábeis foi escrito e adotado por meio da Circular 179/1972 do Banco Central do Brasil. A finalidade do Ibracon é defender, desenvolver e aperfeiçoar as indagações éticas e métodos da profissão do auditor e do contabilista (INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL, acesso em 10 out. 2019).
- d) **Comitê de Pronunciamentos Contábeis:** principal responsável pela emissão das normas contábeis do Brasil (FREIRE et al., 2012). Criado pela Resolução CFC 1.055/2005, é formado por membros de vários órgãos reguladores da contabilidade brasileira. Seu objetivo é proporcionar o estudo, a qualificação, a preparação e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre processos de contabilidade e a divulgação de informações, para conceder a emissão de normas pela entidade reguladora no Brasil, tendo em vista a centralização e uniformização do seu modo de produção, considerando a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais (BRASIL, 2005; GIROTTO, 2012).
- e) **Banco Central do Brasil:** foi constituído por meio da Lei 4.595/1964, sendo uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda (CORAZZA, 2005). Sua função é a formulação, execução, acompanhamento e controle das políticas monetária, cambial, de crédito e de relações financeiras com o exterior. Além disso, atua na organização, disciplina e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Consórcio, bem como na gestão do Sistema de Pagamentos Brasileiro e dos serviços do meio circulante. Tem como obrigação manter a estabilidade financeira no país, assim como controlar a quantidade de moedas para circulação, visando à estabilidade da economia (BACEN, 2008).

2.5 ESTUDOS RELACIONADOS

A relevância da informação contábil no contexto da convergência das normas da contabilidade com as IFRS foi alvo de vários estudos em âmbito nacional. Por exemplo, Silva et al. (2018) verificaram que, para as empresas brasileiras, as novas normas mostraram-se mais instrutivas aos usuários da contabilidade que as normas nacionais, o que pode impactar positivamente na qualidade da tomada de decisão de investidores quanto aos recursos desembolsados no mercado de capitais.

Lourenço et al. (2016), por sua vez, constataram que os sítios eletrônicos institucionais dos conselhos da classe contábil publicaram assuntos relacionados à convergência com as normas internacionais com elevada frequência. Contudo, os mesmos autores avaliaram que a quantidade foi, aparentemente, insuficiente para a mudança no perfil profissional, uma vez que, segundo suas considerações, os conteúdos e orientações publicados nessas páginas não proporciona as informações essenciais para motivar e possibilitar a readequação requerida frente às novas normativas que vinham sendo introduzidas na prática contábil brasileira.

No trabalho de Freire et al. (2012) o foco da análise foi se a adoção de taxas de depreciação fiscais prevalecia entre as empresas brasileiras do setor de bens industriais. De modo específico, os autores verificaram se, diante do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, tais empresas assumiram as taxas de depreciação adequadas com a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Os resultados evidenciaram que esse comportamento foi notado em um percentual elevado de empresas, embora ainda tenham sido apontadas empresas que empregam as taxas fiscais para apuração da depreciação de ativos imobilizados.

O ponto de vista do profissional contábil e seu nível de conhecimento em relação à convergência com as IFRS foram alvos do estudo de Guimarães et al. (2011). Em suas conclusões, os autores constataram que os profissionais contábeis que forneceram dados para sua pesquisa apresentavam bons conhecimentos teóricos a respeito do assunto, faltando-lhes, contudo, conhecimentos práticos, talvez porque, à época do estudo, a convergência ainda estava em seus primeiros anos, um panorama que, espera-se, tenha se modificado no decorrer dos anos seguintes.

Também no início da convergência, Martins e Paulo (2010) pesquisaram a respeito do impacto da adoção das IFRS sobre os indicadores de comportamento das companhias abertas do Brasil. Os resultados mostraram que a adoção das normativas internacionais tem sido ponderada na análise de ação das companhias por meio de variações positivas sobre diversos indicadores, tais como: de dependência financeira, de endividamento, de retorno sobre o ativo e de retorno sobre o patrimônio líquido. Em outra via, foram observadas variações negativas sobre os indicadores de imobilização dos recursos permanentes, de liquidez geral e de liquidez corrente.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a percepção dos contabilistas do município de Nova Mutum (MT) em relação às mudanças ocorridas na prática contábil frente ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com o padrão internacional, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa. É por intermédio da pesquisa qualitativa que há viabilidade de compreender acontecimentos ocorridos e, baseando-se nos dados coletados, descrever os fenômenos de forma mais completa e contextualizada (LAKATOS; MARCONI, 2017). Quanto ao método utilizado, a pesquisa se classifica como descritiva, visando, conforme explica Gil (2012), a detalhar as características de uma população e demonstrar vínculo entre as variáveis e a característica fundamental.

Em relação aos procedimentos, empregou-se o estudo de campo, que se embasou na aquisição de dados por meio de questionário, inspirado nos instrumentos usados por Guimarães et al. (2011) e Silva e Souza (2018). Para tanto, de 2 de setembro a 4 de outubro de 2019, por meio da plataforma *Google Forms*, bem como em pesquisa presencial, aplicou-se um questionário (Apêndice) contendo 11 perguntas em formato diversificado (fechadas, semiabertas e abertas) para 52 profissionais da área contábil em 19 dos 22 escritórios de contabilidade do município de Nova Mutum.

A quantidade de escritórios foi obtida no *site* do Conselho Regional de Contabilidade do Estado, enquanto seus respectivos contatos foram obtidos na lista telefônica fornecida pela Prefeitura Municipal de Nova Mutum. A partir disso, todos os escritórios foram contatados, no entanto, apenas 19 permitiram a aplicação do questionário aos seus colaboradores. Assim, obteve-se 86,86% de participação dos escritórios do município neste estudo.

Para analisar e organizar os dados obtidos com os questionários, utilizou-se planilha eletrônica do *Microsoft Excel*. Os resultados foram apresentados por meio de gráficos, tabelas e quadros.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta sessão, por meio de tabelas, quadros e gráficos, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação do questionário a 52 profissionais da área contábil de Nova Mutum (MT), realizada no segundo semestre de 2019. Inicia-se com a caracterização dos contabilistas em relação à idade, apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Faixa etária

Idade	Frequência	Percentual
18 a 21 anos	3	5.77
22 a 29 anos	21	40.38
30 a 39 anos	16	30.77
40 a 49 anos	9	17.31
Acima de 50 anos	3	5.77
Total geral	52	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

Constata-se que 40.39% dos respondentes têm de 22 a 29 anos, faixa em que se situa a maioria dos contabilistas, seguida dos de 30 a 39 anos (30.77%). Observa-se, ainda, mesmo percentual (5.77%) para os mais jovens (18 a 21 anos) e os mais velhos (mais de 50 anos).

A Tabela 2, por sua vez, caracteriza os respondentes quanto ao sexo.

Tabela 2 - Sexo

Sexo	Frequência	Percentual
Masculino	33	63.46
Feminino	19	36.54
Total geral	52	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

As informações da Tabela 2, portanto, permitem observar que a maior parte dos profissionais da área contábil de Nova Mutum é composta por homens, que representam 63.5% da amostra, enquanto 36.5% são mulheres.

A caracterização dos respondentes quanto ao nível de escolaridade dos respondentes encontra-se na Tabela 3.

Tabela 3 - Formação educacional

Formação educacional	Frequência	Percentual
Bacharel em Ciências Contábeis	33	63.46
Técnico em Contabilidade	10	19.24
Mestrado	4	7.69
Doutorado	1	1.92
Outro (pós-graduação)	4	7.69
Total geral	52	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

Na Tabela 3, percebe-se que 1.92% dos contabilistas possuem doutorado, enquanto 7.69% fizeram mestrado, com igual índice dos que cursaram pós-graduação. Um percentual mais elevado, 19.2%, tem formação tecnológica e a maioria, 63.5%, é bacharel em Ciências Contábeis. Desse modo, excluindo-se os que apenas possuem formação técnica em contabilidade, a maioria (80,76%) dos contabilistas que atuam no município, portanto, possui curso superior.

Esse perfil da amostra está em consonância com o que afirma Iudícibus (2006), para quem o desenvolvimento balanceado da área contábil requer, entre outros aspectos, que técnicos tenham acesso a bons cursos de formação em Contabilidade, a fim de adquirirem uma educação mais completa.

No que tange ao tempo de atuação na área contábil, os resultados apurados estão destacados na Tabela 4.

Tabela 4 - Tempo de atuação na área contábil

Tempo de atuação	Frequência	Percentual
Até 1 ano	5	9.61
1 a 4 anos	16	30.77
5 a 10 anos	16	30.77
11 a 20 anos	10	19.24
Acima de 21 anos	5	9.61
Total geral	52	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

Constata-se, assim, que há um percentual reduzido de respondentes com atuação de até um ano e com mais de 21 anos (ambos os grupos com 9.6%), enquanto que 19.2% estão na área por um tempo que varia de 11 a 20 anos. A maior parte dos respondentes está na área em tempo que vai de um a dez anos, grupo que representa 61,54% da amostra.

A Tabela 5 apresenta os resultados referentes ao conhecimento dos contabilistas sobre o processo de convergência das normas da contabilidade brasileira ao padrão internacional, representado pelas IFRS, estabelecidas pelo Iasb.

Tabela 5 - Conhecimento sobre o processo de convergência

Nível de conhecimento	Frequência	Percentual
Pouco ou nenhum	7	13.46
Básico	25	48.08
Intermediário	17	32.69
Avançado	3	5.77
Total geral	52	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

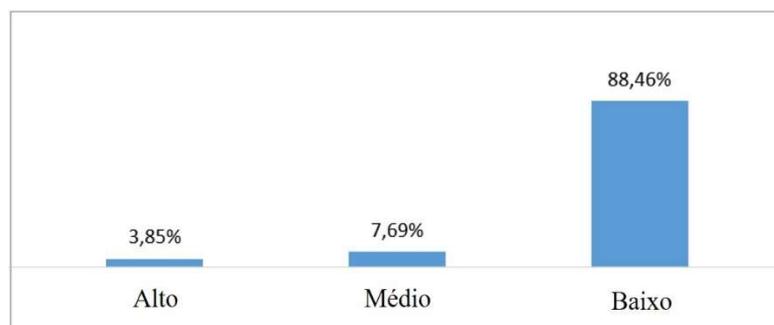
Verifica-se, na Tabela 5, que 48.1% dos contabilistas possuem conhecimento básico sobre a convergência normativa, enquanto 32.7% afirmam ter conhecimento intermediário sobre o assunto. Percentual relativamente baixo (13.5%) afirmou ter pouco ou nenhum conhecimento em relação a essa temática e um índice ainda menor (5,7%) da amostra afirma ter conhecimento avançado sobre ela. Assim, tal como observado nos achados de Guimarães et al. (2011), a maioria dos contabilistas se declara possuir apenas conhecimento básico sobre o assunto, o que é preocupante, visto que o processo de convergência depende do envolvimento e conhecimento dos profissionais que atuam na área contábil.

Com a intenção de analisar se os participantes da pesquisa realmente possuíam entendimento sobre o processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional, foram apresentadas seis opções com as quais foi possível identificar o grau de conhecimento dos respondentes sobre o tema. Com esse intuito, procedeu-se tal como Guimarães et al. (2011), que classificaram o conhecimento dos respondentes conforme o número de alternativa que estes assinalavam, de modo que:

- de uma a três alternativas, o nível de conhecimento era caracterizado como baixo;
- quatro ou cinco alternativas, o nível de conhecimento era dado como médio;
- seis ou sete alternativas classificava os respondentes como detentores de alto nível de conhecimento.

Tendo em conta esse método, o Gráfico 1 apresenta os resultados apurados em relação ao grau de conhecimento sobre o processo de convergência dos contabilistas que compuseram a amostra deste estudo em relação à convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional.

Gráfico 1 - Nível de conhecimento sobre o processo de convergência com as normas



Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

Analisando-se o Gráfico 1, nota-se que apenas 3.85% e 7.69% da amostra possuem, respectivamente, alto e médio graus de conhecimento, enquanto 88.46%, ou seja, a maioria da amostra, caracteriza-se pelo baixo grau de conhecimento sobre a convergência, indicando que esses respondentes possuem apenas algum conhecimento sobre o assunto. Estudos realizados anteriormente, referentes ao mesmo assunto, também apuraram baixo grau de conhecimento entre os contabilistas (GUIMARÃES et al., 2011). Entretanto, o processo de convergência continua em andamento e, a todo o tempo, são oferecidos novos informes, em razão do que os contadores precisam estar, constantemente, se colocando a par das inovações trazidas pelas normativas.

Logo, o profissional contábil precisa posicionar-se como alguém que está em evolução constante, mostrando atributos relevantes para o desempenho das tarefas inerentes à sua área (MARION, 2005). Nessa perspectiva, Amaral, Costa e Campos (2010) advertem que o período de adaptação que a contabilidade brasileira está atravessando requer profissionais qualificados, sendo indispensável amplo conhecimento a respeito das normas internacionais que a regem.

Os resultados destacados no Quadro 4 identificam o conhecimento dos entrevistados em relação às alterações ocorridas em função da Lei 11.638/2007, com a qual se iniciou, efetivamente, o processo de convergência da contabilidade ao padrão internacional. Foi apresentada aos respondentes uma questão contendo nove situações, sendo que, para cada uma, eles deveriam indicar se sua ocorrência abarcava o período anterior ou posterior à legislação mencionada.

Analisando-se as respostas dadas pelos contabilistas participantes da pesquisa a cada uma das nove situações apresentadas no Quadro 4, verifica-se que a maioria mostra ter boa compreensão a respeito da Lei. 11.638/2007. Por exemplo, nota-se o predomínio das respostas corretas sobre a exclusão do ativo diferido e criação do ativo intangível (86.5%) e classificação das contas do ativo e do passivo nos grupos circulante e não circulante (76.5%).

Quadro 4 - Conhecimento sobre as alterações decorrentes da Lei 11.638/2007

Situações	% respostas	
	Certas	Erradas
1. Obrigatoriedade de apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado para as companhias abertas.	61.5	38.5
2. Classificação das contas do ativo e do passivo nos grupos circulante e não circulante.	76.5	23.5
3. O ativo permanente é composto pelos subgrupos investimento, imobilizado e diferido.	62.7	37.3
4. Obrigatoriedade de as pequenas e médias empresas elaborarem as seguintes demonstrações financeiras: Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações do Fluxo de Caixa, acompanhadas de notas explicativas.	61.5	38.5
5. No balanço, as contas do ativo serão registradas nos grupos ativo circulante, realizável a longo prazo e permanente, enquanto as contas do passivo serão classificadas nos grupos passivo circulante, exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros e patrimônio líquido.	42.3	57.7
6. Mudanças nos critérios de avaliação dos elementos do ativo e passivo.	69.2	30.8
7. Exclusão do ativo diferido e criação do ativo intangível.	86.5	13.5
8. Obrigatoriedade de divulgação da Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos para as companhias abertas.	36.5	63.5
9. Adequação da obrigatoriedade de apresentação das demonstrações financeiras às micro e pequenas empresas.	69.2	30.8

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

Por outro lado, as respostas em que foram registrados menos acertos estão relacionadas ao registro das contas do ativo, com 42.3%, e à obrigatoriedade das divulgações da Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos para companhias abertas, com 36.5%. Nota-se, com essas respostas, que os contabilistas possuem maior conhecimento que o que ficou demonstrado no Gráfico 1. Em relação às deficiências, entretanto, Iudícibus, Marion e Faria (2009) asseveram que a contabilidade brasileira possui condições das mais avançadas para formar profissionais de qualidade, faltando, todavia, investimentos na área educacional e em pesquisa.

Na Tabela 6, são destacados os resultados apurados em relação aos desafios dos contabilistas frente à adequação às normas internacionais de contabilidade. Verifica-se, desse modo, que 48.08% dos respondentes consideram que o principal desafio é a falta de conhecimento e de entendimento dos profissionais em relação à convergência. Para outros 42.31%, por sua vez, esse processo aumentou a responsabilidade do contador em relação ao julgamento sobre as demonstrações contábeis, enquanto 15.38% responderam que o principal desafio é a necessidade de elaboração e apresentação de demonstrações mais adequadas, visando a atrair investidores estrangeiros.

Tabela 6 - Desafios dos contabilistas frente à adequação às normas internacionais de contabilidade

	Frequência	Percentual
Nenhum, pois o assunto é de fácil entendimento e aplicação.	4	7.69
Falta de conhecimento e entendimento por parte dos profissionais.	25	48.08
A necessidade de elaboração e apresentação de demonstrações mais adequadas para atrair investidores estrangeiros.	8	15.38
O aumento da responsabilidade do contador em relação ao seu julgamento sobre as demonstrações contábeis.	22	42.31
Total de respostas	59	113.46
Total de respondentes	52	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

Ainda conforme a Tabela 6, apenas 7.69% responderam que não têm dificuldade em relação à convergência. Tais resultados estão de acordo com o que já havia sido verificado por Guimarães et al. (2011).

A Tabela 7, por sua vez, destaca os principais benefícios, que, segundo os contabilistas da amostra, foram trazidos pelo processo de convergência da contabilidade brasileira ao padrão internacional.

Tabela 7 - Benefícios obtidos pelos contabilistas com a convergência

	Frequência	Percentual
Nenhum benefício.	3	5.77
Facilitou o acesso ao mercado externo.	5	9.61
Proporcionou mais transparência e melhor comparabilidade dos dados contábeis apresentados ao mercado internacional, por meio das demonstrações.	38	73.08
Simplificou a consolidação das demonstrações contábeis.	5	9.61
Tornou a profissão mais valorizada no mercado.	8	15.39
Total de respostas	59	113.46
Total de respondentes	52	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

Conforme os resultados mostrados na Tabela 7, 73.08% dos contabilistas responderam que os principais benefícios obtidos são maior transparência e melhor comparabilidade dos dados contábeis no mercado internacional, por meio das demonstrações, enquanto 15.39% responderam que a convergência tornou a profissão mais valorizada. Para 9.61%, a mudança trazida pela convergência simplificou a consolidação das demonstrações contábeis e também facilitou o acesso ao mercado externo. Apenas 5.77% responderam que não obtiveram nenhum benefício advindo desse processo.

A percepção dos contabilistas quanto à importância das alterações decorrentes do processo de convergência está apresentada na Tabela 9.

Tabela 9 - Percepção quanto à importância das alterações decorrentes da convergência

	Frequência	Percentual
Sem importância	2	3.85

Pouco importante	1	1.92
Razoavelmente importante	3	5.77
Importante	24	46.15
Muito importante	22	42.31
Total de respostas	52	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

A partir da Tabela 9, verifica-se que a maioria dos contabilistas da amostra enxerga relevância nas alterações decorrentes da convergência da contabilidade brasileira com o padrão estabelecido pela IFRS, sendo que 42.3% as consideram muito importantes. Resultados semelhantes foram observados entre os participantes do estudo de Guimarães et al. (2011). Em outra via, os que consideram essas mudanças razoavelmente importantes, pouco importantes e sem importância são, respectivamente, 5.77%, 1.92% e 3.85%.

Estudos anteriores apontam, de modo geral, que existe certa resistência na aplicação da norma, do mesmo modo que, em vários casos, os contadores não possuem entendimento completo sobre as normativas, por se tratar de um assunto ainda novo na contabilidade brasileira (BECK, 2014).

Por fim, a Tabela 10 apresenta os resultados referentes à percepção sobre as mudanças na prática contábil a partir da convergência com o padrão internacional.

Tabela 10 - Percepção sobre as mudanças na prática contábil a partir da convergência

	Frequência	Percentual
Não houve mudanças.	1	1.92
Dificultou os trabalhos do profissional contábil.	2	3.85
Aumentou as responsabilidades do profissional contábil.	16	30.77
Representa uma etapa no processo de evolução da Contabilidade.	27	51.92
Assegura transparência e confiabilidade às práticas contábeis.	16	30.77
Valorizou mais a profissão contábil.	7	13.5
Total de respostas	69	132.69
Total de respondentes	52	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

A Tabela 10 permite constatar que 51.92% dos respondentes identificaram que as mudanças na prática contábil frente ao processo de convergência representam uma etapa no processo de evolução da contabilidade. No entanto, 30.77% dos contabilistas perceberam que essas mudanças aumentaram sua responsabilidade e, para percentual idêntico, elas asseguram transparência e confiabilidade às práticas contábeis. Para 13.5%, a profissão contábil ficou mais valorizada a partir das normas. Em outra direção, 3.85% dos contabilistas ressaltaram que a convergência dificultou seu trabalho, enquanto que 1.92% não observa mudanças.

Em relação a esses resultados, destaca-se que Meirelles Junior e Meirelles (2009) já haviam apontado que a classe contábil tem a expectativa de que, por meio da harmonização das normas contábil, se alcance maior confiabilidade e transparência perante seus diversos usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2007, o Brasil vem experimentando o processo de harmonização contábil, em consequência da adoção das normas internacionais de contabilidade, especificamente, o padrão estabelecido pelo Iasb, com as normas IFRS. O processo de convergência se iniciou

com a Lei 11.638/2007, por meio de pronunciamentos emitidos pelo CPC e com a aplicação das IFRS, aumentando a qualidade das demonstrações contábeis e elevando a transparência das informações, trazendo mais confiabilidade às demonstrações contábeis (ÁVILA, 2016).

Frente a esse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a percepção dos contabilistas do município de Nova Mutum (MT) em relação às mudanças ocorridas na prática contábil em função do processo de convergência com as normas internacionais, identificando os principais desafios e benefícios por ele trazidos, segundo a visão desses profissionais.

Os resultados obtidos por meio de questionário aplicado a 52 respondentes indicam que, para os contabilistas de Nova Mutum (MT), as mudanças na prática contábil representam uma etapa no processo da evolução da contabilidade. A falta de conhecimento e entendimento por parte dos profissionais é vista como o principal desafio, enquanto que a transparência e confiabilidade são identificadas como os benefícios principais trazidos pela convergência.

Observou-se, ainda, que, embora o conhecimento e a percepção sobre a importância das alterações trazidas pela convergência em relação à prática contábil sejam importantes, a maioria dos respondentes tem pouco conhecimento sobre o assunto. Em função disso, sugere-se que as entidades representativas da área ressaltem continuamente a importância de os profissionais contábeis se capacitarem mais sobre o tema, para um desempenho mais seguro no que se refere às exigências de mercado.

Ainda há muito que se debater sobre a temática tratada nesta pesquisa, por ser ela de grande importância na Contabilidade e, ainda, relativamente nova entre os profissionais da área, o que suscita a necessidade de novos estudos. Nessa perspectiva, sugere-se pesquisa para verificar como está sendo aplicada a Lei 11.638/2007 nos escritórios de contabilidades a partir da convergência das normas contábeis.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M.; COSTA, C.; CAMPOS, F. Capacitação profissional: um estudo sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade nas instituições particulares de ensino superior do ABC. **Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 117-139, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/18293/12253>>. Acesso em: 14 out. 2019.

ÁVILA, E. S. de Avila. **Adoção das normas internacionais de contabilidade pelas pequenas e médias empresas do Vale do Taquari**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/handle/10737/1496>>. Acesso em: 9 out. 2019.

BACEN. **Banco Central do Brasil: fique por dentro**. 4. ed. Brasília, 2008.

BONNIN, G. **Por que demonstrações contábeis em moeda forte?** 2004. Disponível em: <<https://classecontabil.com.br/por-que-demonstracoes-contabeis-em-moeda-forte/>>. Acesso em: 24.de abr. 2019.

BUGARIM, M. C. C.; OLIVEIRA, O. V. D. A Evolução da contabilidade no Brasil: legislação, órgãos de fiscalização, instituições de ensino e profissão. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 11., 2014, Resende/RJ.

CFC (Brasil). Resolução nº 1.055, de 7 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

_____. **Assuntos internacionais**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/assuntos-internacionais/>>. Acesso em: 19 maio 2019.

_____. **O Conselho**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/oconselho/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC**

00 (R1): estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. 2011. Disponível em:

<http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/cpc_pronunciamentos_2011.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

CORAZZA, G. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional. **Perspectiva Econômica**, v. 2, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 2006. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4372/1622>. Acesso em: 3 jul. 2019.

CRUVINEL, D. P.; LIMA, D. V. Adoção do regime de competência no setor público brasileiro sob a perspectiva das normas brasileiras e internacionais de contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (Repec)**, v. 5, n. 3. Disponível em:

<<https://doi.org/10.17524/repec.v5i3.185>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

CURSINO, G. M. et al. Mudanças na estruturação do balanço patrimonial: um estudo envolvendo as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 7., 2012. Disponível em:

<<http://www.convibra.com.br/artigo.asp?ev=25&id=1104>>. Acesso em: 4 maio 2019.

CVM. **O papel da CVM**. Disponível em:

<https://www.investidor.gov.br/menu/primeiros_passos/papel_CVM.html>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FERREIRA, R. A. **Normas internacionais de contabilidade para microempresas e empresas de pequeno porte**. 2013. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/17231/1/2013_RicardodeAlbuquerqueFerreira.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **About the Fasb**. 2019. Disponível em: <<http://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/SectionPage&cid=1176154526495>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FREIRE, M. D. D. et al. Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 3-22, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/52654>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GERON, C. M. S. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos:** da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-23102008-144110/pt-br.php>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIROTTTO, M. Paineis - Lei nº 11.638/07, a nova lei contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 169, p. 6-9, fev. 2012. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/770>>. Acesso em: 12 out. 2019.

GUIMARÃES, L. M. et al. O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8., Rio de Janeiro, 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: Seget, 2011. v. 1, p. 1 - 15. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7828812-O-profissional-contabil-diante-da-convergencia-das-normas-contabeis-analise-da-preparacao-desse-profissional-nos-processos-organizacionais.html>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=1>>. Acesso em: 10 out. 2019.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.; FARIA, A. C. de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOUREIRO, M. M.; DIAS, R. P. **BR GAAP, US GAAP e IFRS:** análise das divergências entre os resultados da CST no exercício de 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005. Disponível em: <http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/6/rogerio_mono04.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

LOURENÇO, R. L. et al. Convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade: o papel da comunicação eletrônica dos conselhos da classe contábil. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/GECONT/article/view/2700>>. Acesso em: 4 maio 2019.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, O. S.; PAULO, E. O reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, p. 30-54, 2010.

MEIRELLES JUNIOR, J. C. de; MEIRELLES, C. D. do A. A busca pela harmonização das normas internacionais de contabilidade. **Revista Mineira de Contabilidade**, n. 33, p. 6-15, jan./mar. 2009. Disponível em:

<<http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=377>>. Acesso em: 11 out. 2019.

MERLO, A. O contabilista do século XXI. **Jornal do CFC**, Brasília, p. 1-12, 2006.

MOLIGA, M. A nova visão contábil após a Lei 11.638/2007. **Contábeis**, maio 2012.

Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/790/a-nova-visao-contabil-apos-a-lei-11-638-2007/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do Iasb: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Rev. Cont. Fin. – USP**, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/ago. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772011000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 4 maio 2019.

PEGORINI, M.; PACHECO, M.; CAMPAGNARO, A. A evolução da responsabilidade do profissional da contabilidade. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 15., Bento Gonçalves, 2015. **Anais...** Porto Alegre: CRCRS, 2015.

Disponível em: <<http://docplayer.com.br/15039098-Xv-convencao-de-contabilidade-do-rio-grande-do-sul-26-a-28-de-agosto-de-2015-bento-goncalves-rs-area-6-etica-e-responsabilidade-social.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

RAMOS, M. A. et al. As mudanças ocorridas nas normas internacionais de contabilidade na percepção de seus usuários. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 11., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_402.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

REIS, L. G.; NOGUEIRA, D. R.; BIM, E. A. Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva docente e discente. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 5, n. 1., p. 1-14, 2014. Disponível em:

<<https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/61/54>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ROSA, D. C. D.; FARIA, J. C. de. O impacto da Lei 11.638/07 no mundo contábil. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 14., São José dos Campos, 2012. **Anais...** Universidade do Vale do Paraíba, 2012. Disponível em:

<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0022_0376_01.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVA, A.; BRIGHENTI, J.; KLANN, R. C. Efeitos da convergência às normas contábeis internacionais na relevância da informação contábil de empresas brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, Natal. v. 10. n. 1, p. 121-138, jan./jun. 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/11016>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

SILVA, S. C. da; SOUZA, R.B. de L. de. **Percepções do profissional egresso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no processo de convergência**

às normas internacionais de contabilidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187560>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SOUZA, R. G. de **Aplicação IFRS para pequenas e médias empresas.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/1513/1/Rejane%20Gomes%20de%20Sousa.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

APÊNDICE – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Prezado(a) senhor (a),

Este estudo tem como principal objetivo identificar a percepção dos contabilistas do município de Nova Mutum (MT) em relação às mudanças ocorridas na prática contábil frente ao processo de convergência às normas internacionais. Para tanto, este instrumento será aplicado a profissionais contábeis atuantes em escritórios de Contabilidade localizados no mesmo município, sendo a identidade dos respondentes mantida em sigilo. As informações coletadas serão usadas exclusivamente para a elaboração do trabalho de conclusão de curso da acadêmica Josiane Canelute Santos. Sua colaboração é muito importante!

QUESTIONÁRIO

Em questões onde julgar necessário, você poderá assinalar mais de uma opção.

1. Qual a sua idade?

(...) De 18 a 21 anos

(...) De 22 a 29 anos

(...) De 30 a 39 anos

(...) De 40 a 49 anos

(...) Acima de 50 anos

2. Qual o seu sexo?

(...) Masculino

(...) Feminino

3. Qual o seu grau de Formação Educacional?

(...) Bacharel em Ciências Contábeis

(...) Técnico em Contabilidade

(...) Mestrado

(...) Doutorado

(...) Outro. Especifique _____.

4. Há quanto tempo você atua na área contábil?

(...) Até 1 ano

(...) 1 a 4 anos

(...) 5 a 10 anos

(...) 11 a 20 anos

(...) Acima de 21 anos

5. Como você avalia seu conhecimento sobre o processo de convergência:

- (...) Pouco ou nenhum conhecimento
- (...) Conhecimento básico
- (...) Conhecimento intermediário
- (...) Conhecimento avançado

6. Entre as opções abaixo, assinale aquelas que, no seu entendimento, possuem relação com o processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional:

- (...) Harmonização dos procedimentos contábeis
- (...) Adoção dos padrões IFRS
- (...) Alterações na Lei 11.638/2007
- (...) Facilidade na comunicação e comparação das informações contábeis
- (...) Emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos contábeis convergentes com as normas internacionais através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)
- (...) Emissão de normas de contabilidade de acordo com os padrões internacionais para pequenas e médias empresas por meio do CPC – PME

7. De acordo com o seu conhecimento, indique se as opções abaixo ocorreram antes ou depois da alteração na Lei 11.638/2007:

	ANTE S	DEPOIS S
Obrigatoriedade de apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado para as companhias abertas.		
Classificação das contas do ativo e do passivo nos grupos circulante e não circulante.		
O ativo permanente é composto pelos subgrupos investimento, imobilizado e diferido.		
Obrigatoriedade para as pequenas e médias empresas quanto à elaboração das seguintes demonstrações financeiras: Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações do Fluxo de Caixa, acompanhadas de notas explicativas.		
No balanço, as contas do ativo serão registradas nos grupos ativo circulante, realizável a longo prazo e permanente, enquanto as contas do passivo serão classificadas nos grupos passivo circulante, exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros e patrimônio líquido.		
Mudanças nos critérios de avaliação dos elementos do ativo e passivo.		
Exclusão do ativo diferido e criação do ativo intangível.		
Obrigatoriedade de divulgação da demonstração de origem e aplicação de recursos para as companhias abertas.		
Adequação da obrigatoriedade de apresentação das demonstrações financeiras às micro e pequenas empresas.		

8. Em sua opinião, quais os principais desafios dos contabilistas frente à adequação às normas internacionais da contabilidade?

(...) Nenhum, pois o assunto é de fácil entendimento e aplicação.

(...) Falta de conhecimento e entendimento por parte dos profissionais.

(...) Necessidade de elaboração e apresentação de demonstrações mais adequadas para atrair investidores estrangeiros.

(...) Aumento da responsabilidade do contador em relação ao seu julgamento sobre as demonstrações contábeis.

(...) Outro(s). Especifique _____.

9. Em sua opinião, quais os principais benefícios obtidos pelos contabilistas com o processo de convergência da contabilidade aos padrões internacionais?

(...) Nenhum

(...) Facilitou o acesso ao mercado externo

(...) Proporcionou mais transparência e melhor comparabilidade dos dados contábeis apresentados ao mercado internacional, por meio das demonstrações

(...) Simplificou a consolidação das demonstrações contábeis

(...) Tornou a profissão mais valorizada no mercado

(...) Outro(s). Especifique _____.

10. Qual a sua percepção quanto à importância das alterações decorrentes do processo de convergência das normas contábeis em relação à prática contábil?

(...) Sem importância

(...) Importante

(...) Pouco importante

(...) Muito importante

(...) Razoavelmente importante

11. Qual sua percepção em relação às mudanças ocorridas na prática contábil frente ao processo de convergência?

(...) Não houve mudanças

(...) Dificultou os trabalhos do profissional contábil

(...) Aumentou as responsabilidades do profissional contábil

(...) Representa uma etapa no processo de evolução da Contabilidade

(...) Assegura transparência e confiabilidade às práticas contábeis

(...) Valorizou mais a profissão contábil.

(...) Outro(s). Especifique _____.